

## DISCURSO DE PARANINFO \*

Professor **Pedro Aleixo**

“Faz trinta anos que, como vós hoje, deixei a velha casa da Praça Afonso Arinos, com a perplexidade de quem, terminada caminhada longa, sabia que precisava prosseguir sem atinar bem com os rumos da nova estrada. E, agora, volvidos 30 anos, aqui estou vendo refletidos nos vossos olhares, os anseios e as dúvidas que fizeram as minhas apreensões daquele tempo.

A honra que me destes é daquelas que a gente deseja, porém, jamais considera merecida e, talvez, por isso, nunca a gente tem ânimo de confessar o recôndito desejo, senão depois de concedida. Também esta é a razão por que, tão logo sabida a alviçareira notícia, fica a gente a indagar qual teria sido o motivo preponderante da escolha, até mesmo para, uma vez descoberto, nele encontrar a inspiração das solenes palavras que irão compor a oração gratulatória.

---

\* Como paraninfo dos bacharelados de 1952, o Prof. Pedro Aleixo pronunciou o discurso que publicamos nesta oportunidade. Saudado pelo orador da turma, bacharel José da Rocha Paixão, este o retratava nas seguintes palavras: “Como o nosso paraninfo, Professor Pedro Aleixo, a sua vida irreprochável, o seu vasto saber, a sua preclara inteligência, fes-nos contrair a mesma dívida tácita que as gerações contraem com os gênios: não os deixar cair no olvido. Hoje, saldamos uma parte mínima desta dívida, tendo o Dr. Pedro Aleixo como nosso paraninfo; amanhã, a saldaremos integralmente quando ensinarmos aos nossos póteros a admiriração à figura ilibada e culta do Dr. Pedro Aleixo

Guardo consciência de que, nas oportunidades em que tenho sido convidado para a cátedra, laborioso é o meu esforço de apreender as intimidades da ciência ensinada e dar aos alunos as substanciais noções que lhes permitam o acesso franco a conhecimentos mais profundos. Apesar disso, sempre encerro a aula com a penosa impressão de deficiências insupríveis e termino o curso com a amarga certeza de que, tudo procurando dar, nunca cheguei a dar o necessário. Então quisestes, com a escolha do paraninfo, ouvir a lição de quem, numa vida intensamente vivida, devia ter recolhido o cabedal de alguma experiência a ser convertida em reflexos, que servir pudesse como ponto de referência para a jornada que ides encetar.

Isto dizendo, longe de meu pensamento está a pretensiosa elaboração de uma autobiografia, até porque ninguém mais do que eu convencido anda de que, fora o sabor de crônica, nada mais poderia nela ser achado capaz de entreter, por alguns momentos, ouvintes atentos e sempre ávidos de assuntos interessantes.

É comum dizer-se que se deve procurar no valor prático o critério da conduta. Por isso mesmo entendem muitos que o devotamento ideal, a aspiração do aperfeiçoamento e o esforço pela conversão numa realidade do que se imagina sonho de futuro remoto constituem obstáculos intransponíveis para a conquista imediata do bem-estar ou para os triunfos das carreiras bem sucedidas. Então, tudo que não for prontamente utilizável, tudo que não representar proveito próximo não deve ser cobiçado, e antes sempre aconselhável é que, a cada esforço, corresponda um resultado concretizado numa vantagem ou num lucro. Também por isso aconselhável é a conformada submissão às forças ocasionais e à proscricção de qualquer rebeldia contra elas e até o endeusamento delas, através do incensamento daqueles que as representam ou as exercem, sejam as turbas ignaras, sejam os senhores do poder.

Oponho a tais processos e métodos a mais desenganada contradita. Admito — e os exemplos estão aos olhos de todos

— que tais métodos e processos hajam permitido os êxitos aparentes de muitos dos que os praticam. Mas a realidade é que nem todos os seus praticantes alcançam os objetivos visados e aqueles que os alcançam, ainda que o não confessem, antes que vitoriosos, sentem-se vencidos e não conseguem ocultar à vista dos que os contemplam o ferrete da ignomínia. Tenho para mim, e sem orgulho proclamo — pois o digo com o reconhecimento e a humildade de quem anuncia uma graça alcançada — que jamais usando de tão degradantes métodos e tão abomináveis processos e vindo de origens tão modestas como as mais modestas das origens de qualquer de vós, meus jovens colegas, atingi culminâncias jamais sonhadas na exaltação de arrojadas aspirações de minha juventude, e delas vim, para sentir-me elevado mais alto, pois nunca me faltou o generoso conceito da mocidade de minha terra, conceito que, só por si, mais e mais se alteia do que a maior das culminâncias atingidas.

Haveis de perdoar-me o desprimor da confidência. Eu precisava fazê-la para explicar a mim mesmo a razão da vossa escolha. Agora, cumpre que passemos a outra ordem de considerações.

Falando aos diplomandos de 1907, Mendes Pimentel, o glorioso fundador desta Universidade, já refletia sobre se não seria um anacronismo a colocação do grau simbólico a algumas dezenas de bacharéis. Depois da memorável oração, ao fim de cada ano, novos e numerosos letrados do Direito vêm repetindo a mesma solenidade, e vão ingressando nas lides jurídicas e contribuindo com seu saber e com sua ação para as transformações sucessivas e para a preservação da ordem em nossa terra. E, em oportunidade como esta, convém recordar que a civilização do Brasil se fez sempre ao influxo do bacharel e que, dos laureados dos cursos jurídicos, é que se constitui esta vasta galeria de figuras marcantes de nosso progresso, principalmente na magistratura, no ministério público, na advocacia, no jornalismo e na política. Quando, há mais de um século, em remoto lugarejo de nosso “hinterland”,

apeava, coberto de poeira ou assinalado pelo barro de ínvios caminhos, o bacharel procedente de Coimbra ou, pouco depois, vindo de Olinda, ou de São Paulo, ali se inaugurava logo o regime da lei, o que vale dizer, lançavam-se no local os fundamentos da ordem que iria permitir o pacífico desenvolvimento das relações humanas e a incruenta solução de muitas disputas e controvertidos litígios. Ainda hoje, quando solenemente se instala uma comarca, completa-se a integração de um núcleo de patrícios nossos na órbita do direito, porque, mais facilmente, a justiça lhes é distribuída e as normas dos códigos mais intensamente se divulgam e como que se tornam objetivamente conhecidas de todos. É certo que outras atividades, reclamando os conhecimentos técnicos que os cursos universitários propiciam, vão atraindo os espíritos moços ávidos de saber. Nem por isso, entretanto, prescindível é a formação contínua de bacharéis em Direito, para os quais se desdobram as perspectivas da advocacia, da magistratura, do ministério público e, ainda, por afinidades, do jornalismo e da política. E, em qualquer desses setores, o letrado do Direito irá prestar à sociedade serviços cuja relevância se faz encarecida, quando norteados pelos nobres princípios que constituem a essência da ciência jurídica.

Inutilmente se repetem as objurgatórias que, contra os advogados, multissecularmente, foram lançadas, e que Sousa Macedo, no capítulo dos que furtam com unhas mentirosas, sem deixar de compreender também os julgadores tão arduosamente exprimiu. A verdade é que, na palavra do juriconsulto ou do modesto advogado de humilde comarca, encontram os litigantes desavindos e, não raro, os perseguidos, o conselho orientador ou a defesa salvadora.

Constitui, hoje, o ministério público sedutora carreira de influência marcante na vida social. Considero mesmo que, bem compreendida a nobre missão do Promotor de Justiça e exercida com devotamento e sobranceira, ela representa estrênuo e insuperável garantia dos direitos e das liberdades públicas.

A magistratura há de atrair notadamente os bacharéis de penhor manifesto para o tranquilo exame das controvérsias e dos litígios, e sempre que, sobrepondo-se às paixões dos litigantes, eles souberam retratar no caso “sub judice” o texto vivo da lei, sobre julgarem a questão, estarão traçando norma de conduta para outros jurisdicionados seus.

Na imprensa, as informações e a erudição que o estudo do Direito ministra abrem clareiras para o comentário cotidiano, sobre o fato que deve ser noticiado, e orientam a apreciação e as indicações dos múltiplos problemas cuja solução, não raro, o jornalista é o primeiro a propor.

A política seduz o graduado em Direito, porque é no exercício dela que freqüentemente ele pode intervir para introduzir profundas modificações na ordem jurídica e influir na execução dos mais fundamentais princípios que estruturam o regime da lei.

Este esboço rápido sobre tão múltiplas atividades, eu o faço para pedir especialmente vossa atenção, meus jovens colegas, sobre a imprescindibilidade do vosso decisivo concurso na grande e dificultosa obra de recuperação de valores morais, que estão sendo consumidos e desgastados e que só não pereceram porque ainda são guardados e defentidos pela intransigência daqueles que deles fazem e continuam fazendo a própria razão de viver.

Já em 1911, quando paraninfou a turma de bacharelados desta Faculdade, Edmundo Lins, com a precisão de um juiz que fundamenta uma sentença, chamava a atenção para a iniquidade do “acréscimo extraordinário e constante da riqueza social, concentrada nas mãos de poucos milionários e o correspondente aumento assombroso do pauperismo”. Re-lendo os fundamentos da advertência do mestre Edmundo Lins, fiquei a considerar que as medidas por ele propugnadas, como remédios para os males apontados, não tiveram o alcance de extirpá-los ou de sequer suavizá-los.

A pregação precisa, por isso, continuar sendo feita e, entre as vozes autorizadas, que a fazem, destacam-se as dos santos Papas, em orações e encíclicas nas quais avulta a **miséria imerecida** de multidões de seres humanos, devido a esse “capitalismo que cresce sempre mais, pelo menos em suas nefastas conseqüências”, como bem observa o padre Orlando Vilela.

É o dinheiro que, elevado aos altares de um deus, passou a constituir para muitos dos responsáveis pelos destinos da sociedade humana, dentro da qual vivemos, a razão e o fim de todas as coisas. O que é preciso é ganhá-lo, não como prova de que o trabalho foi recompensado, mas como meio de, por via dele, obter-se tudo mais: honrarias, gozo material, glória, poder...

Em vão se anunciam e se promulgam leis que definam a cupidez como crime e estabeleçam sanções para os cobiosos. Já Aristóteles, adequadamente lembrado por padre Antônio Vieira, ensinava que “as leis não são boas porque bem se mandam, senão porque bem se guardam”. E acrescentava o pregador jesuita: “Não é miserável a República, onde há delitos, senão onde falta castigo deles, que os reinos e os impérios não os arruinam os pecados por cometidos, senão por dissimulados”.

Tomemos para exemplo algumas das muitas leis que se propuseram reprimir os crimes de cupidez e punir os afortunados criminosos: a lei da usura e a lei de defesa da economia popular. Os onzenários se assustaram com a proibição do pacto e da cobrança de juros superiores à taxa legal. O susto, porém, passou logo, porque, eliminada do mercado a concorrência dos agiotas mais humildes, a agiotagem se instalou, com foros de privilégio, em imponentes catedrais das finanças, onde muitos banqueiros, **doublés de shilocks**, exploram a aflição de clientes desesperados, cobrando polpudas comissões, que direta e pessoalmente embolsam, além das ta-

xas usuais, que estas, e só estas, entram para as bem manipuladas escritas com que se logra o fisco e se iludem os acionistas.

Tirante o efeito demagógico, outro não conheço das tão decantadas leis de defesa da economia popular, inclusive as que criaram, sob color de constitucional intervenção no domínio econômico, Comissões e Institutos, cujas designações se fazem por quase todas as letras do alfabeto, para melhor disfarçá-los aos olhos de um povo que não sabe ler. Há outros efeitos, sim: ao cabo de muitas experiências e de abundante publicidade, o que se tem visto é que perante o juri popular andaram comparecendo algumas caixeirinhas de padaria e uns míseros carroceiros encarregados do transporte de lenha mal medida. Mas, enquanto os desgraçados tomam conhecimento, nas angústias e nas apreensões de processos espetaculares, do rigor de uma lei que deveria defendê-los, os Institutos e as Comissões se reúnem freqüentemente, com grande alarde, e sempre aceitam ou promovem o aumento de preços e a criação de novas taxas, mediante os quais cresce a fortuna dos ricos e aumenta a miséria dos pobres.

Tudo é negócio. E como não se compreende, nos meios mercantilizados, negócio que não deixe lucro, a corrupção vai crescendo alarmantemente e se misturam coisas e pessoas, para que todas recebam, cada qual a seu modo, a marca de um preço. Este, o preço, será maior ou menor segundo a importância do cargo, e tem que cobrir larga margem de riscos, inclusive o risco dos gastos com jornais e jornalistas, advogados, de ofício ou não, que se fazem pagar caro, não tanto para a defesa dos denunciados, quanto para perseguição dos denunciantes.

Não é sem propósito que recorde uma das máximas de Estado contidas no testamento do Cardeal Richelieu, tão esquecidas e tão pouco divulgadas, apesar da sabedoria que encerram: "Outros há que, só tendo o bem do Estado na boca, têm uma ambição tão desregrada no coração que nenhum fim detém seus desejos e nada os satisfaz nem os contenta."

Outros vão além e convertem, sob belos pretextos, os interesses públicos em seus próprios interesses e, em lugar de conduzir os particulares pelos públicos, fazem, com tanta injustiça quanta ousadia, tudo ao contrário”.

No que especialmente nos toca, parece que nascemos e vivemos sob maus fados. Ao tempo das guerras holandesas, corajosamente falava o padre Vieira ser “a causa original das doenças do Brasil, tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares, por onde a justiça se não guarda e o Estado se perde. Perde-se o Brasil, senhor (digâmo-lo em uma palavra), porque alguns ministros de S. Magestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm buscar nossos bens”.

Certo é, entretanto, para infortúnio nosso, que o mal se vai agravando e, presentemente, se apresenta com peculiaridades que o fazem bem distinto do antigo e nunca reparado mal. É que a impunidade sempre garantida, sob todos os pretextos, inclusive o pretexto de evitar-se o escândalo das publicações dos nomes dos culpados e das culpas achadas (como se o importante fosse a notícia do crime e não o próprio crime), a impunidade, dizia, vai corrompendo também a mentalidade popular que, por não ver distinção entre bons e maus, acaba convencida de que maus e bons se confundem, e pouco importa ser bom ou ser mau, ou melhor, antes ser mau do que bom, pois, além do proveito da maldade, tem o mau a certeza de ser tratado como se bom fosse. Nem deve ser outra a razão pela qual ao repertório de anexins e rifões um já se juntou com que se pretende absolver certa categoria de administradores de bens públicos — “furta mas constrói”. É assim que se explica o arrojo de muitas obras dispendiosas, que consomem as últimas reservas de depauperada economia, mas cujos projetos grandiosos facilitam a criação de algumas fortunas à custa da agravação de muitas misérias. E talvez só as gerações futuras possam compreender, contemplando as ruínas de uma época de desvario, o sofrimento das mul-

tidões contemporâneas, como hoje, diante das pirâmides do Egito, evocamos o esplendor dos faraós, mas recordamos as penas e fadigas do trabalhador escravo que as construiu.

Outra peculiaridade do mal, tão grave como a primeira, está em que, embora as malsinadas fortunas, produto de corrupção, tenham a criminosa origem assinalada, os que as acumulam e gozam, num caprichoso requinte de perversão, resolveram agora fazer-se publicamente respeitados pela divulgação intensa e incessante de benemerências excepcionais. Para isso contam com a cumplicidade venal de certa imprensa, inteiramente submissa ao chamado poder econômico, e que vende o espaço por tabelas variáveis, nas quais o preço cresce na razão direta das inverdades publicadas. E no campeonato da venalidade, os jornais e jornalistas deste estofa nunca se contentam com os recordes conquistados e sempre se dispõem a superar os próprios recordes.

Fico a imaginar, meus jovens colegas, como incorro em censuras por dizer-vos, em dia tão festivo, estas candentes e amargas verdades. Infelizmente, outras palavras eu não poderia proferir, salvo se quisesse calar o que sinto e o que todos vêem, mas nem sempre dizem. Esta tradicional festa de colação de grau simbólico não é o encerramento de uma vida nem o final de uma carreira. Não ingressastes na Faculdade de Direito da nossa Universidade, tendo por finalidade a obtenção de um título para simples satisfação de vaidade pessoal. Aqui viestes buscar o instrumento de habilitação para uma vida que só vale quando enobrecida pelas inspirações de autêntico sacerdócio. O direito que aprendestes, e que aprenderéis ainda praticando, não se pode submeter às contingências de uma conformação com certa ordem de coisas, cujo predomínio importa a própria negação dele. Vós vos preparastes para a luta e não para o ócio. Não nos deixemos vencer pelo pessimismo dos que consideram que não vale a pena lutar. Não importa saber que é áspero o caminho dos que tem por meta as cumeadas e os altiplanos. O que importa é

fazer a arrancada decisiva, largando as comodidades das planícies, porque só assim a vida se dignifica e enobrece. Com a autoridade com que me ungistes, eu estou a convocar-vos para a terrível e empenhada luta do bem contra o mal, e só o fato de vos inscreverdes entre os bons combatentes já significa uma vitória.

Ontem, genuflexo perante o altar, comovidamente orei: Senhor, diante de vós estão mais de uma centena de moços que se aprestam para as vicissitudes de uma vida nova. Eles representam, nesta hora, o êxito de um esforço, a alegria dos pais, a esperança de uma carreira, a mobilização de energias jovens para o serviço da Pátria. Recebei-os, Senhor, sob a vossa proteção, e dai-lhes a graça que Jesus, Vosso Filho, um dia, anunciou, diante da multidão maravilhada ao pé da montanha: "Vós sois o sal da terra. Se o sal perder a sua virtude, com que se há-de salgar? Para nada mais serve senão para ser lançado fora e calçado aos pés dos homens".

Aqui repito a oração que ontem proferi e, hoje, como ontem, humilde pedinte, numa prece exaltada e fervorosa, barcharéis da Universidade de Minas em 1952, responsáveis amanhã pela direção e orientação de vossos concidadãos, suplico as bênçãos de Deus, para que cada um de vós seja o varão virtuoso que doutrina com a palavra e pelo exemplo convence.